



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	701/2024
Data do Início	10/01/2024
Folha	65
Rubrica	

Processo nº 701/2024

PARECER GPG N.º 18/PGM/2024

IMPUGNAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL -
ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 12/01/2024

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de impugnação interposta por FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMATICA S.A ao pregão presencial cujo objeto diz respeito à “gestão e controle de margem consignável com lançamento em folha de pagamento, disponibilização de sistema informatizado e a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva deste sistema, atendimento, capacitação e assessoramento para a execução dos serviços”.

Em suma, a impugnação aborda os seguintes aspectos:

- Com a Lei Complementar nº 182/2021, as companhias de capital fechado foram dispensadas de publicações na via física;
- As exigências constantes nos itens B.3, B.8 e B.9 não haveriam amparo legal, visto que o artigo 31, II, da lei 8.666/93 limitou a exigência de certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

É o relatório.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	701/2024
Data do Início	10/01/2024
Folha	66
Rubrica	

II - DO MÉRITO

a) Da dispensa de publicações na via física pelas companhias de capital fechado

A Lei Complementar nº 182/2021 veio a instituir o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador no ordenamento jurídico pátrio e também procedeu a alterações na Lei nº 6.404/76, norma esta que disciplina as sociedades por ações.

Por força das modificações propiciadas na legislação, verifica-se a necessidade de interpretação sistemática dos dispositivos da lei de sociedades anônimas. Nesse sentido, tem-se que as demonstrações financeiras serão publicadas até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da assembléia-geral¹.

Ocorre que a atual redação do artigo 294, III, da Lei nº 6.404/76, de fato, estabelece excepcionalidades às companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), de modo que estas podem realizar as publicações de forma eletrônica².

¹ “Art. 133. Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembléia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas:

(...)

II - a cópia das demonstrações financeiras;

(...)

§ 3º Os documentos referidos neste artigo, à exceção dos constantes dos incisos IV e V, serão publicados até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da assembléia-geral”.

² “Art. 294. A companhia fechada que tiver receita bruta anual de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) poderá:

(...)

III - realizar as publicações ordenadas por esta Lei de forma eletrônica, em exceção ao disposto no art. 289 desta Lei”.

(...)

“Art. 289. As publicações ordenadas por esta Lei obedecerão às seguintes condições:

I – deverão ser efetuadas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

II – no caso de demonstrações financeiras, a publicação de forma resumida deverá conter, no mínimo, em comparação com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e a respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas e nos pareceres dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver”.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	701/2024
Data do Início	10/01/2024
Folha	67
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Não obstante o exposto, é imprescindível a devida cognição do leitor do edital em relação ao item 15.20.1, pois claramente o texto faculta a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com a publicação em Diário Oficial, ou publicado em jornal de grande circulação; ou com fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, sendo certo que o licitante deve atender a alguma dessas possibilidades admitidas no instrumento, razão pelo qual não há invalidade no dispositivo editalício.

Importa-nos ainda considerar que, a nosso ver, as alternativas admitidas na alínea 'a' do item 15.20.1 não nos parecem substituíveis pelo simples protocolo do SPED, como almeja o impugnante, dado o caráter de complementariedade deste último e a imprescindibilidade de verificação dos índices financeiros pelos agentes desta municipalidade.

b) Do inconformismo em relação às exigências constantes nos itens B.3, B.8 e B.9

Em relação ao tema, manifestamos a anuência desta Especializada em relação ao apontado pela equipe de licitações em fl. 63:

“No que tange ao questionamento acima, cumpre informar que a exigência para apresentação da referida declaração oficial da autoridade judiciária competente se faz necessária, uma vez que os procedimentos licitatórios permitem a participação de empresas de diversos municípios, se tornando inviável o conhecimento a respeito dos distribuidores competentes para cada um desses locais. Assim, a boa prática aliada à aplicação dos princípios da razoabilidade, eficiência e proporcionalidade amparam tal exigência”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	701/2024
Data do Início	10/01/2024
Folha	68
Rubrica	

Por conseguinte, a fim de evitar redundâncias no instrumento convocatório, entende-se admissível a exclusão do item B.3 e permanência do item B.9.

III - CONCLUSÃO

Por todo exposto, este Órgão opina pelo atendimento às diligências descritas neste parecer, para fins de análise, cabendo à Autoridade Competente, no caso o Secretário Requisitante, proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento s.m.j.

À Comissão Permanente de Licitação,

Villy Teixeira Silva
Assessor
Mat. 106.264

Ramires Beltrão do Valle
Subprocurador-Geral do Município